

Audição da petição n.º 192 – “Realização apenas de exames que servem como prova de ingresso no ensino superior”

Daniela Caleira, 6 de Abril 2021

Boa tarde caríssimos, o meu nome é Daniela Caleira, sou de Setúbal e aluna do 12º ano. Hoje era o dia em que vinha defender e tentar persuadir-vos a concordar com aquilo que propunha na minha petição. Contextualizando, a petição que dinamizei permitia que os exames fossem opcionais, enquanto a realidade assim o exigisse, abolindo a obrigatoriedade da realização de ambos os exames das disciplinas bienais/trienais, limitando a sua realização àqueles que fossem estritamente necessários no ensino superior enquanto provas de ingresso, não existindo qualquer objeção ao seu peso na média interna. Isto porque, este ano letivo estava condenado desde o início. Passo a explicar: existia matéria não lecionada/consolidada do ano anterior, alguma da qual iria ser alvo de avaliações finais no presente ano letivo, aos alunos com contactos de risco nas suas turmas foram impostos isolamentos profiláticos em que muitas vezes os professores não estando preparados para lecionar em simultâneo os alunos em regime presencial (que não tinham sido expostos a casos de risco) e os alunos em regime à distância, acabavam por descurar um pouco destes últimos contribuindo para elevadas injustiças, não só entre escolas, como principalmente na mesma turma, imagine-se o cenário no país inteiro. Assim surgiu esta ideia, para que o tempo de estudo fosse melhor aproveitado nos exames que eram realmente úteis. Perante um cenário ainda mais caótico que no ano letivo anterior onde foram implementadas medidas extraordinárias, só faria sentido que estas medidas fossem aprovadas. Infelizmente, todo o nosso sistema é muito burocrático, e aquilo que era o cenário que me fez criar a petição, em Janeiro, já não existe. Felizmente, a Comissão Nacional de Exames chegou à mesma conclusão que eu – ou seja, de que os alunos no secundário deveriam realizar apenas os exames que lhes servem como provas de ingresso por sermos mais uma vez vítimas de um ensino deficiente e injusto face à pandemia – pelo que esta minha petição torna-se, agora, inútil. Ainda assim, apesar do meu objetivo estar cumprido, todo o fundamento daquela que foi a minha luta e dos 14 mil signatários nos últimos meses era a igualdade na avaliação nos exames nacionais, que como sabemos, são um fator determinante na futura carreira dos jovens, e tal ainda não existe. Portanto, vou aproveitar este momento para promover outras lutas dos meus colegas do secundário e outros que se encontram há já 2 anos a tentar entrar no ensino superior, sem terem aquele que é o seu direito de fazer melhorias na nota interna, claro, com o conhecimento e apoio dos mesmos.

Após o Governo ter renovado as regras de acesso ao Ensino Superior, surgiu uma iniciativa designada “Alunos Por Melhorias” de forma a combater estas regras que prejudicam milhares de alunos portugueses. Esta iniciativa pretende ver os seus direitos recompostos, a reiterada decisão de os alunos poderem fazer os exames nacionais apenas como provas de ingresso, impedindo as melhorias, representa uma desvalorização do trabalho, do dinheiro e dos recursos dos alunos. Assim, numa altura onde o país começa a desconfinar, onde os espaços fechados voltarão a poder ser frequentados, onde o desporto de alto risco vai ser recomeçado, onde a vacinação continua a aumentar, é puramente cruel usar a pandemia para injustiçar milhares de alunos. Além disso, cabe ao Governo garantir as condições de saúde dos alunos. Neste sentido, tendo em conta os projetos de lei apresentados pelo PAN, PSD e CDS-PP, cuja discussão e votação está apontada para dia 15 de abril, os alunos que necessitam de melhorias e que por elas lutam, veem, com bons olhos, os

seus pedidos a serem atendidos. Na verdade, não se pode querer estabilidade das regras tomadas no ano passado, quando estas são muito injustas para os milhares de alunos que querem ver a sua classificação interna melhorada, sendo que continuar num sistema desequilibrado só trará consequências negativas para os alunos. Por outro lado, as divergências de ensino nas várias escolas do país, bem como, as diversidades de avaliação dos professores demonstram que os alunos, muitas vezes, precisam da possibilidade de melhoria de nota interna para entrarem no curso que almejam. Por tudo isto, a iniciativa lançou a proposta do retorno das melhorias bem como a contabilização dos 30% para a classificação final da disciplina, no caso das disciplinas que os alunos estão a concluir, apenas se a sua nota de exame seja superior à classificação interna da disciplina. Deste modo, os alunos não se veem prejudicados nos exames nacionais que terão o carácter opcional e conseguem ver o seu mérito rentabilizado na sua nota interna, um direito que os alunos têm desde há muito tempo. Por fim, relativamente a este tema, lembrando que os projetos de lei vão ao encontro da proposta da iniciativa, pedimos a todos os partidos uma resposta favorável que ajude os milhares de alunos e respetivas famílias que se encontram injustiçadas.

Gostaria de ressaltar que esta iniciativa não é de minha autoria, nem sequer me enquadro no grupo de alunos a que é direcionada, mas como já estive nesta posição em que os meus colegas se encontram, de frustração e ansiedade, achei por bem mencionar este tema tão importante e apelar ao vosso bom senso aquando da votação dos projetos lei. Muitas vezes os jovens são descredibilizados, e hoje eu estou aqui a representar todos eles que estão a bradar por justiça. Ninguém tem culpa de ter acontecido uma pandemia, mas a culpa será do governo se permitir e perpetuar esta perda de direitos que era nossa, há já tantos anos.

Assim de uma forma muito simples e sintética passo a explicar-vos do que difere esta proposta das normas estabelecidas antes da pandemia e as que entraram em vigor durante este período de crise.

A proposta consiste em permitir que os alunos possam melhorar em 30% a sua nota interna, caso estejam a concluir a disciplina e a 100% as disciplinas que já acabaram, **uma situação muito semelhante ao que ocorria antes da pandemia**, com exceção que nenhum dos alunos vê a sua classificação interna prejudicada.

Antes, tinha-se os 30% a contar para nota interna independentemente do resultado do exame, sendo que as melhorias, para as disciplinas que o aluno já as tivesse terminado, contava 100%.

Exemplo:

Um aluno que fosse realizar o exame de matemática, podia subir/descer/manter a sua nota face aos resultados, visto que os 30% contavam para a sua classificação final da disciplina, **independentemente do seu resultado**.

E digamos que um aluno do 12º ano vai realizar o exame de física e química A (disciplina bienal e terminada no 11ºano), se este tivesse nota superior no exame nacional comparativamente à sua classificação final da disciplina, a sua nota do exame ficaria a sua classificação final da disciplina. Digamos que o aluno tinha 17 à disciplina e foi repetir o exame no 12ºano e teve 18, a sua classificação a Física e Química passaria para 18 (se o aluno, por acaso tivesse 15 no exame, ficaria com o 17 inicial).

Durante este período pandémico o cenário era outro completamente diferente do que era “normal”. Os alunos não tinham qualquer oportunidade de subir a média interna (nem descê-la ou mantê-la) porque a nota dos exames conta única e exclusivamente como prova de ingresso. Vejamos o mesmo exemplo apresentado, mas agora com as regras do ano letivo passado:

Exemplo:

E digamos que um aluno do 12º ano vai realizar o exame de física e química A (disciplina bienal e terminada no 11ºano), se este tivesse nota superior no exame nacional comparativamente à sua classificação final da disciplina, a sua classificação final da disciplina mantinha-se inalterada, sendo apenas possível melhorar a nota da prova de ingresso em si.

Para concluir, peço, então, que esta matéria seja objeto de análise, de uma revisão ponderada, acima de tudo, consciente, por parte dos órgãos competentes, com vista à restituição de um direito que é nosso, dos estudantes, (com a devida adaptação às circunstâncias, geradas pela crise sanitária) e ao não adiamento de mais um ano nas vidas de milhares de estudantes portugueses.